TL 766

Ao convocar esta Conferência de imprensa, a D. G. da Associação Académica de Coimbra teve o propósito de vos comunicar o balanço das actividades em que se traduziram os dois dias de Conferências sobre o problema de Timor-Leste, levadas a cabo no ambito das comemorações do seu 1º Centenário.

É precisamente hoje que se assinalam 12 anos sobre a invasão de Timor pelas tropas da Indonésia.

Perante a reiteração de tal facto foi nosso propósito perguntar pela responsabilidade nacional para com o povo de Timor, sabido que a nossa Lei Fundamental a isso se refere.

Lançando estes debates públicos, visámos:

- focar os obstáculos à autodeterminação do povo de Timor, nomeadamente denunciando os interesses da Indonésia na anexação daquele território;
- contribuir para o esclarecimento da opinião pública e sensibilizá-la para o problema, começando pela nossa população estudantil.

Em geito de balanço podemos dizer que este último objectivo foi alcançado: as pessoas interessaram-se, participaram. Empenhamo-nos em que os destinatários deste nosso esforço, os timorenses, estivessem o mais próximo possível. Para tal, o autocarro da D. G. transportou até aqui um grupo de refugiados timorenses que vivem em Lisboa.

Os debates iniciaram-se no dia 4 de Dezembro num encontro das Associações de Estudantes das várias Universidades convidadas, com os representantes da FRETILIN e da UDT, respectivamente Dr. Abílio Araújo e Dr. Paulo Pires.

Ambos os oradores nos trouxeram o testemunho vivo da realidade timorense:

- das consequências da resistência à invasão: já 200.000 mortos. ou seja, 1/3 da população;
- das dificuldades desta Resistência, pobre de meios mas moralmente forte;
- dos apoios militares que a Indonésia recebe do estrangeiro, nomeadamente de países da CEE e dos EUA (fornecimento de aviões inicialmente concebidos para a guerra no Vietname, muito eficazes na luta anti-guerrilha e depois enviados para a Indonésia combater os resistentes timorenses);

- dos interesses económicos da Indonésia na anexação (conhecimento da existência de petroleo).

Face a esta situação, foi salientada a convergência das duas forças políticas para negociações no sentido de se encontrar uma solução, um caminho para a paz, partindo do ponto fundamental de que a autodeterminação é inegociável.

Foi sublinhado que o direito à autodeterminação, incluindo a independência, poderia realisticamente ser assumido pelos timorenses que dispõem, dentro e fora do território ocupado, de quadros suficientes para tal. Ao argumento fundamental da Indonésia de que a independência de Timor-Leste conduziria à instabilidade política naquela zona, foi contraposto pelos oradores que tal não procede, e que é sim a continuidade da guerra que cria a instabilidade, já que a resistência timorense é cada vez mais forte.

Finalmente, foi realçado o crescendo da solidariedade no plano internacional , mas dito também que a Resistência tem algumas dúvidas relativamente ao comportamento das Nações Unidas e de Portugal na resolução do seu problema.

No dia 5 de Dezembro, focando a responsabilidade nacional de vários orgãos quanto à solução do problema de Timor-Leste foram oradores: Magnífico Reitor da Univdrsidade de Coimbra, Prof. Dr. Rui de Alarcão, Provedor de Justiça,-Dr. Almeida Ribeiro, Dr. Lucas Pires, deputado ao Parlamento Europeu, Drº. Luísa Teotónio Pereira, coordenadora da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, jornalista Adelino Gomes, Comandante José Manuel Cabral, da secção portuvuesa da Amnistia Internacionale António Vilhena, membro da D. G. da A. A. C.

Do conjunto das intervenções, destacamos como expressões de consenso:

- "vale a pena discutir Timor" e "não podemos desistir", na medida em que "é uma questão de direito";
- reconhecendo-se a "tragédia" que tem sido a questão de Timor-Leste e a "luta longa, complexa, incerta" que será, reconhece-se também que há "motivos para optimismo" e que não é mais tempo de fazer "concessões desnecessárias";
- é preciso, em nome de uma "política realista" "levar a Constituição a sério", "dar voz aos que falam a mesma língua em fronteiras definidas por nós próprios", não cair na tentação de"trocar mais poder por menos direito";

- é preciso que o povo de Timor-Leste participe na elaboração de uma solução, porque "quando está em causa a sobrevivência desse povo ninguém se pode substituir negocialmente a ele" e "enquanto não houver essa participação não haverá paz";
- é preciso aproveitar a feliz oportunidade de Portugal ser membro, nos próximos 3 anos, da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas;
- é preciso sensibilizar a comunidade nacional e internacional, informando .

Coimbra, 7 de Dezembro de 1987

Perante este quadro, julgamos ser necessária uma intervenção mais conjugada entre os orgãos institucionais. A causa do povo Maubere é também um desafio à nossa diplomacia.

É urgente encontrar uma solução para o povo de Timor-Leste, desde que tenha em conta os seus reais interesses. Pensamos ser importante o facto de termos nos próximos 3 anos, (88, 89 e 90) um representante na Comissão dos Direitos do Homem nas Nações Unidas, para uma maior intervenção junto daquele orgão.

Finalmente, apelamos a sua Exª o Presidente da República, Dr. Mário Soares, ao Sr. Primeiro Ministro, Prof. Cavaco e Silva, bem como à Assembleia da República para em conjunto encontrarem uma solução honrosa para os Timorenses e para Portugal, não esquecendo que a constituição da República Portuguesa consagra no artigo 297 o direito à autodeterminação do povo Maubere.

Apelamos ainda ao Secretário Geral da O.N.U. para desenvolver todos os esfoços necessários junto da Comunidade Internacional de forma a que, este drama que choca a humanidade, tenha o seu fim.

DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DE TIMOR-LESTE

7 de Dezembro 1975 - 7 de Dezembro 1987

12 ANOS DE OCUPAÇÃO INDONÉSIA

Há 12 anos a Indonésia invadiu e ocupou pela força o território de Timor-Leste. No seguimento de uma campanha de intimidação psicológica e de provocação militar nas zonas da fronteira, Dili foi brutalmente acordada às 4h. da manhã do dia 7 de Dezembro de 1975, violada por forças terrestes, marítimas e aéreas que traziam em si o sinal dos desejos do ocupante: o genocídio do povo maubere, a expansão territorial como forma de domínio geo-estratégico.

12 anos volvidos, o povo maubere continua a resistir porque sabe que "é um povo e que tem uma Pátria . Timor-Leste". A Indonésia persiste numa ocupação colonial que não consegue consumar e recorre sistematicamente à violação dos mais elementares direitos dos homens e dos povos. A comunidade internacional, minada pelo virús dos interesses económicos e militares, vem recobrando forças para exigir o reconhecimento dos direitos do povo de Timor-Leste.

12 anos vividos numa luta pela sobrevivência e pela afirmação da identidade nacional maubere espelham uma evidência: não há uma solução militar possível, há que procurar uma solução política negociada, ponte para um efectivo exercício do direito à autodeterminação.

Aí se insere, hoje, a responsabilidade que, constitucionalmente, cabe ao Estado Português. Aí entronca a responsabilidade que, moralmente, cabe a todos nós, a cada um de nós, cidadãos portugueses. A solidariedade com o Povo de Timor-Leste é uma responsabilidade nacional.